

SEARA DA INCLUSÃO

UMA PROPOSTA PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DAS ESCOLAS DO CAMPO

Josleide Cristina D'Oliveira Mattos
Débora Alves Feitosa
Márcia Valeria Cozzani





Universidade Federal do
Recôncavo da Bahia

REITORA

Georgina Gonçalves dos Santos

VICE-REITOR

Fábio Josué Souza dos Santos

EDITORA FILIADA À



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

EDUFRB

Superintendência da Editora

SUPERINTENDENTE

Rosineide Pereira Mubarack Garcia

CONSELHO EDITORIAL

Débora Alves Feitosa
Luciano Hocevar
Manuela Oliveira de Souza
Maurício Ferreira da Silva
Rosilda Arruda Ferreira
Rosineide Pereira Mubarack Garcia
(Presidente)
Sarah Roberta de Oliveira Carneiro
Simone Alves Silva
Urbanir Santana Rodrigues

Marcílio Delan Baliza Fernandes
Susana Couto Pimentel
Tatiana Polliana Pinto de Lima

Copyright©2024 by Josleide Cristina D'Oliveira Mattos,
Débora Alves Feitosa e Márcia Valeria
Cozzani Direitos para esta edição cedidos à

EDUFRB. Editoração eletrônica
Antonio Vagno Santana Cardoso

Diagramação (Projeto inicial)
Camilla Cheyenne Araújo França Almeida

Diagramação (Projeto final)
Caroline Cardias de Souza Ledesma
Revisão e normatização técnica

Caroline Cardias de Souza Ledesma

A reprodução não-autorizada desta publicação, por qualquer meio
seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

M444s

Mattos, Josleide Cristina D'Oliveira.

Seara da inclusão: uma proposta para a formação de
professores das escolas do campo / Josleide Cristina
D'Oliveira Mattos, Débora Alves Feitosa e Márcia Valeria
Cozzani. Cruz das Almas, BA, EDUFRB, 2024.
80p.; il.

Esta obra faz parte do Edital nº. 01/2023- Edital de
apoio à publicação de produtos tecnológicos.

ISBN: 978-65-84508-93-4.

1.Educação – Inclusão escolar. 2.Professores –
Formação. 3.Tecnologias educacionais. I.Universidade
Federal do Recôncavo da Bahia. II.Mattos, Josleide Cristina
D'Oliveira. III.Feitosa, Débora Alves. IV.Cozzani, Márcia
Valeria. V.Título.

CDD: 371.911

Ficha elaborada pela Biblioteca Universitária de Cruz das Almas - UFRB. Responsável
pela Elaboração Antonio Marcos Sarmento das Chagas (Bibliotecário - CRB5 / 1615).

Publicado em 13 de dezembro de 2024



Rua Rui Barbosa, 710 – Centro
44380-000 Cruz das Almas – Bahia/Brasil
Tel.: (75) 3621-7672
editora@reitoria.ufrb.edu.br
www.ufrb.edu.br/editora



POR QUE SEARA DA INCLUSÃO?

A palavra seara faz uma analogia ao ato de semear e seus diversos sinônimos. Aqui tomamos o campo semântico dessa palavra no sentido de plantação, campo, messe, lavrada, semeada, cereal, roça, roçado, trigal, para que os espaços de oficinas de formação em Educação do Campo na Perspectiva da Educação Especial e Inclusiva, intitulado Seara da Inclusão, sejam pensados no sentido de semear. Que a partilha deste material abra novos caminhos e faça arados de novos campos para a semeadura fecunda e abundante de novas sementes de inclusão.



*A maior riqueza do homem
é a sua incompletude.
Nesse ponto sou abastado.
Palavras que me aceitam como sou - eu não aceito.
Não aguento ser apenas um sujeito que abre portas,
que puxa válvulas, que olha o relógio,
que compra pão às 6 horas da tarde,
que vai lá fora, que aponta lápis,
que vê a uva etc. etc.
Perdoai
Mas eu preciso ser Outros.
Eu penso renovar o homem usando borboletas.*

Manoel de Barros

SUMÁRIO

Autoria	08
Introdução	09
Objetivos	10
Procedimento metodológico	11
A quem se destina	12
Avaliação	12
Considerações	12
Oficinas formativas	14
Desenhos das oficinas formativas	15
Oficina formativa	15
Anexo 1 O Mito do Procusto	18
Anexo 2 7 Modelos Teóricos de Deficiência	20
Anexo 3 Leitura de imagens "Inclusão em Foco	21
Modelo para escrita de experiência formativa	22
Oficina formativa 2	23
Anexo 4 Texto "A primavera da largata"	26
Apêndice 1 Texto "Nada sobre nós sem nós"	28
Anexo 5 Documentário "História do movimento político das pessoas com deficiência no Brasil"	32
Oficina formativa 3	33
Anexo 6 Dinâmica de empatia	36
Anexo 7 Música "De toda cor"	37
Apêndice 2 Trabalhando os conceitos de acessibilidade	39
Apêndice 3 Ficha de diagnóstico de acessibilidade e barreiras em minha escola	42
Oficina formativa 4	44
Anexo 8 Trajetória ligal da educação especial e inclusiva no Brasil e referências internacionais	46

Anexo 9 Recorte histórico acerca dos movimentos sociais em prol dos direitos das pessoas com deficiências	54
Referências	55
Anexo 10 Calendário inclusivo	57
Anexo 11 Livros sobre educação inclusiva	58
Anexo 12 Filmes sobre pessoas com deficiência	59
Registro imagético da trajetória de produção do Guia Seara de Inclusão	66
Sobre as autoras	78

AUTORIA



Olá pessoal! Eu sou Josleide Cristina D'Oliveira Mattos, mestre em Educação do Campo pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB. Professora da rede pública de educação no município de Planaltino/BA no Colégio Estadual Manuel José de Andrade e no Colégio Municipal Isaura Couto da Silva, mãe de Vytor Gabriel, que nasceu com albinismo ocular ligado ao cromossomo X: condição genética rara que apresenta um padrão de herança ligado ao cromossomo X, ocorrendo com maior frequência em pessoas do sexo masculino.

Nesse tipo de albinismo, os olhos são os mais afetados, e o indivíduo apresenta, geralmente, cabelos e pele com coloração normal ou quase normal. Indivíduos com essa condição podem apresentar sensibilidade aumentada à luz (fotofobia), movimentos oculares involuntários, pouco ou nenhum pigmento na íris e hipoplasia foveal (parte central da retina não se desenvolve adequadamente, proporcionando baixa acuidade visual).

Com a condição do meu filho, muito cedo travei uma luta pela garantia de seus direitos elementares, como por exemplo, estar na escola e ter suas características respeitadas, suas necessidades específicas de aprendizagem atendidas. Ao despertar para a condição dele, vi os demais alunos em igual situação enfrentando as barreiras impostas à pessoa com deficiência na luta por acesso a educação.

O fato de residir em espaço geográfico rural, ter vivido diversas experiências de conotação excludente me provocou uma inquietação política e pedagógica, a necessidade de buscar o entendimento de como ajudar professores e alunos a enfrentar os desafios encontrados, frente à inclusão da pessoa com deficiência na Educação do e no Campo.

Minhas experiências acadêmicas e profissionais são marcadas por um misto que envolve no mesmo bojo a mulher e mãe de pessoa com deficiência junto à educadora e pesquisadora comprometida com a militância em prol da inclusão escolar da pessoa com deficiência na escola.

INTRODUÇÃO

Este Guia de orientação didática é um produto técnico educacional comprometido com o processo de formação continuada para professores/as, fruto da minha experiência profissional ressignificada por vivências pessoais junto a pessoas com deficiência. Aqui, coloco a soma de um trabalho de busca por elementos que possam contribuir para clarificar a temática da Educação Especial e Inclusiva nas escolas do campo.

Um trabalho elaborado a partir de pesquisa realizada na pós-graduação em nível de mestrado, intitulada Produções Científicas sobre a Formação de Professores da Educação do e no Campo na Perspectiva da Educação Especial e Inclusiva: um estado da arte para uma proposta formativa. Vinculada à Linha de Pesquisa 1: Formação de Professores e Organização do Trabalho Pedagógico nas Escolas do Campo, do Mestrado Profissional em Educação do Campo, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), no Centro de Formação de Professores (CFP) Amargosa- BA, orientado pela professora Dr^a Debora Alves Feitosa e Coorientado pela professora Dr^a Márcia Valéria Cozzani.

Uma pesquisa teórica, descritiva/explicativa de natureza qualitativa, que utilizou como metodologia o levantamento de produções científicas, sistematizado como um estudo do tipo Estado da Arte. A pesquisa investigou, como as produções científicas, têm abordado a questão da formação de professores no contexto dos processos educacionais de inclusão da Pessoa com Deficiência (PcD) nas escolas do e no campo e objetivou:

- Identificar no período compreendido entre 2015 e 2021, produções acadêmicas sobre formação continuada de professores da Educação do e no Campo sobre a perspectiva da Educação Especial e Inclusiva;
- Analisar as repercussões e contribuições da produção acadêmica para o processo de formação continuada de professores da Educação do e no Campo sobre a perspectiva da Educação Especial e Inclusiva;
- Elaborar um produto educacional a partir dos resultados da pesquisa, no formato de Guia de Orientação pedagógica para a Educação do e no Campo na perspectiva da Educação Especial e Inclusiva, com propostas de oficinas para a Formação Continuada de professores, que possam orientar experiências pedagógicas de inclusão nas escolas no campo.

Ao sistematizar e finalizar a pesquisa, todo o material coletado contribuiu para a constituição de um acervo utilizado na composição da Seara da Inclusão, com o objetivo de reconhecer a formação inicial e continuada de professores da Educação do e no Campo, como um vetor para o fortalecimento da interface e transversalidade com a Educação Especial e Inclusiva e subsidiar ações de formação visando a implementação de serviços que ampliem e qualifiquem as experiências inclusivas nas escolas do e no campo, consolidando, de fato, a construção de uma escola cidadã.

OBJETIVO GERAL

- Convidar todas as comunidades de escolas do e no campo a pensar o fazer pedagógico pautado na inclusão da pessoa com deficiência, com vistas a ajudar a solidificar as boas práticas e minimizar as dificuldades encontradas pelos profissionais que atuam neste segmento de ensino.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Oferecer atividades disparadoras de formação continuada para professores das escolas do e no campo, com abordagem da temática Inclusão da Pessoa com Deficiência na Escola, ressaltando o valor dos movimentos sociais de luta pela inclusão;
- Mobilizar comunidades escolares do e no campo, para a reflexão sobre o fazer pedagógico voltado para inclusão da pessoa com deficiência nas escolas do e no campo;
- Discutir e partilhar saberes, tendo como base a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, no contexto das Escolas do e no Campo;
- Contribuir para a reflexão, acerca de práticas de formação para os professores, procurando, por meio da formação continuada, promover processos inclusivos de maior qualidade;
- Proporcionar condições para as comunidades escolares do e no Campo organizarem oficinas formativas voltadas a abordagem da inclusão da pessoa com deficiência em seus processos de formação continuada;

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

O Guia de orientação pedagógica que aqui se apresenta está baseado no pressuposto de compartilhar o desenho de oficinas voltadas a pensar a prática pedagógica das escolas do e no campo e a sua transversalização pela Educação Especial e Inclusiva.

O primeiro momento deste processo estará inteiramente voltado a busca ativa por profissionais da educação interessados na formação continuada voltada à temática de inclusão da pessoa com deficiência na Educação do e no Campo, com o preenchimento de ficha de inscrição e solicitação de resposta optativa de um questionário, com o objetivo de traçar um desenho do perfil formativo do educador interessado. Neste momento também será distribuído o material de estudo no formato de *spoiler* pedagógico, que livre do estigma dos estrangeirismos, vamos usar aqui para denominar de possibilidade de acesso prévio a informações, permitindo ao cursista ler e entender o material das oficinas, prevendo uma maior interação nos debates e nas rodas de conversa nos percursos formativos.

As temáticas abordadas no formato de oficinas com *spoiler* pedagógico, dão a essa formação uma dinâmica de autonomia, antecipação e interação do cursista com o material de estudo, isso porque o material disparador das temáticas de estudo é apresentado a comunidade escolar e devidamente entregue aos professores no ato da inscrição, dando início ao processo reflexivo, tão importante neste contexto.

As oficinas são pensadas para serem realizadas na carga horária das ACs (Atividades Complementares das Unidades de Ensino). As oficinas com duração de 5 horas, sendo 3 horas de encontro presencial ou remoto com uso de tecnologias digitais de informação e comunicação, e 2 horas destinada a estudo de material teórico na carga horário de atividade complementar, com análise de material e também na preparação de devolutivas a serem feitas através de elaboração de relato de experiência formativa, tudo registrado em um diário de bordo.

As oficinas podem lançar mão de mística, intelecção com textos e vídeos, leituras dramatizadas, leituras compartilhadas e com grifo, exposição oral de relato de experiência, usando como referencial os desenhos das oficinas formativas do Guia Seara da Inclusão e tudo que a criatividade pedagógica nos permitir, todos os recursos possíveis a título de produzir nos espaços formativos, um convite a sensibilização e mobilização de professores e comunidades escolares das escolas do e no campo, a pensar o fazer pedagógico pautado na inclusão da pessoa com deficiência na escola.

A QUEM SE DESTINA

Este Guia contendo orientações pedagógicas de uma formação continuada para a Educação do Campo na perspectiva da Educação Especial e Inclusiva, se destina a todas as comunidades da Educação do e no Campo que acreditam na possibilidade de humanização dos processos educativos e percebem na inclusão da pessoa com deficiência nas escolas, um importante componente pedagógico no reconhecimento da diversidade de nossa gente, afinal só é possível reconhecer a diversidade de um povo contemplando a sua diferença.

AVALIAÇÃO

A avaliação dar-se-á de forma processual e contínua com base na observação da participação, criatividade e produção de conhecimento demonstrada pelos cursistas durante o processo de formação, nos estudos e nas devolutivas, tendo como ponto alto a escrita das experiências formativas.

Nos encontros serão realizadas discussões teóricas, os cursistas irão pontuar os aspectos mais significativos e os desafios enfrentados na implementação das práticas educativas no contexto de educação inclusiva. Além disso, estes irão sinalizar sugestões para enfrentamento das eventuais dificuldades encontradas na produção do saber no âmbito da educação que fomenta a inclusão.

CONSIDERAÇÕES

Todo o processo formativo aqui delineado nos desenhos de oficinas, tem suas bases fincadas na necessidade de levar ao contexto do processo de construção da práxis pedagógica, uma robusta abordagem da inclusão como ferramenta de acesso aos direitos humanos e exercício de cidadania. Uma formação com base nas necessidades e possibilidades reais da escola. Que imprima à ação educativa um tom de humanização das relações sociais pautadas na inclusão dentro e fora da escola.

A proposta que trazemos baseou-se em estudos, anseios e experiências pedagógicas, desenvolvidas no decorrer da pesquisa bibliográfica com Revisão Sistêmica de Literatura no período compreendido entre 2015 e 2021, de produções acadêmicas sobre formação continuada de professores da Educação do Campo sobre a perspectiva da Educação Especial e Inclusiva e as reper-

cussões da formação continuada de professores neste contexto.

O resultado apontou que esta temática vem sendo tratada de forma superficial e desvinculada da realidade e que há lacunas que precisam ser preenchidas no processo de formação inicial e continuada dos professores da Educação do Campo quando o assunto é inclusão.

As comunidades escolares precisam de aporte teórico para construção de uma prática que tenha na diferença um importante componente pedagógico. Que todo professor perceba as dificuldades e barreiras enfrentadas pelas pessoas com deficiência no espaço escolar, seja na estrutura física da escola que não é acessível, seja nas barreiras comunicacionais, atitudinais, metodológicas e/ou pragmáticas que só podem mudar a partir da formação e do acesso ao conhecimento.

Reconhecemos o valor da teoria, da reflexão e do conhecimento, indispensáveis à construção da práxis pedagógica, mas sobretudo, não podemos esquecer da necessidade de pensar a humanização do processo educativo. Não se trata de receitinhas de incluir, temos aqui uma proposta formativa que preconiza o ato de abraçar a diferença no contexto escolar para a construção de uma sociedade que aceite a diferença de forma mais justa e pautada na equidade e cidadania para todos.

Todo material produzido e organizado nesta obra tem como referência a dissertação de mestrado da autora. Mattos, J. C.D. Produções científicas sobre a formação de professores da Educação do campo na perspectiva da educação especial e inclusiva: um estado da arte para uma proposta formativa. UFRB. Amargosa, BA, 2022.



Imagem: Canva

OFICINAS FORMATIVAS

Freire (1996, p. 39) ressalta que “[...] na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática”.

Assim, as oficinas formativas no contexto da Seara da Inclusão são espaço de partilha de saberes voltados a instituição de práticas de educação inclusivas nas escolas do campo.

Nelas estão organizados materiais de apoio selecionados para organização de oficinas pedagógicas para ajudar na formação continuada de professores da Educação do Campo na perspectiva da Educação Especial e Inclusiva.



Fonte: Arquivo pessoal

DESENHOS DE OFICINAS FORMATIVAS



SEARA DA INCLUSÃO

DESENHO DE OFICINA FORMATIVA 1

Prospecto para orientação de formação continuada para professores da educação do campo, na perspectiva da educação especial e inclusiva: Contemplando a diversidade humana, pensando a diferença, traçando um diagnóstico da realidade.

Atividade 1
Roda de conversa para apresentação dos professores cursistas e professor formador.
Objetivo
Promover a interação do grupo através de apresentação. Quem sou eu? Qual a minha formação? Por que estou aqui? Qual meu local de fala?
Estratégia
Dinâmica quem sou diante do espelho: uma caixa com espelho irá circular. O participante abre a caixa e encontra questões que deve responder: Quem é você? Qual a sua formação? Por que veio? De onde fala?
Tempo
30 min
Recursos
Caixa com espelho e questões: Quem é você? Qual a sua formação? Por que veio? De onde fala?

Atividade 2
Apresentação dos objetivos da oficina.
Objetivo
Apresentar os objetivos da oficina e da metodologia a ser empregada.
Estratégia
Leitura compartilhada do texto o Mito de Procusto para sensibilização e abordagem inicial do tema intolerância, exclusão e inclusão e apresentação do folder explicativo sobre o que é o Seara da Inclusão, metodologia de trabalho e proposta pedagógica de oficinas formativas.
Recursos
30 min
Kit pedagógico Seara da Inclusão: O mito de Procusto.

Atividade 3
Estudo de texto sobre os diferentes modelos de inclusão e suas implicações socioeducativas.
Objetivo
Reconhecer como os diferentes modelos de deficiências tem influência sobre nossa forma de pensar sobre a diferença no contexto escolar.
Estratégia
Leitura compartilhada do texto "Modelos de deficiência" + Leitura de imagem.
Tempo
60 min
Kit pedagógico Seara da Inclusão: Ver material de apoio.

Atividade 4
Orientação para próximo encontro formativo. Escrita de relato sobre percurso de aprendizagem do curso. Texto de 10 a 15 linhas.
Objetivo
Realizar escrita de relato de experiência formativa. Orientar a turma para próximo encontro formativo com organização de mística.
Estratégia
Escrita de relato de experiência formativa com registro no formulário para relato de experiência disponível no material de apoio da Seara da Inclusão.
Tempo
60 min
Recursos
Kit pedagógico Seara da Inclusão: Material de apoio oficina 01.

ANEXO 1 | OFICINA 1 O MITO DE PROCUSTO

Sugestão de texto para deleite e reflexão sobre o tema
"Contemplando a diversidade humana, pensando a diferença"

Imagem: Internet



A Educação Especial e Inclusiva e o mito de Procusto

Procusto, um bandido gigante que armou uma arapuca para seus visitantes. Em sua casa tinha uma cama feita de ferro, que tinha exatamente a sua medida. Os viajantes que passavam pela serra de Elêusis eram convidados a se deitarem na cama de Procusto. O bandido, então, amarrava a sua vítima naquela cama. Se a pessoa fosse maior do que a cama, ele simplesmente cortava fora o que sobrava. Se fosse menor, ele a espichava e esticava até caber naquela medida. Procusto significa "o esticador", em referência ao castigo que aplicava às suas vítimas. Impossível não perceber a analogia do mito.

Ele representa claramente a intolerância do homem em relação ao outro. Quantas vezes o espírito de Procusto apareceu na história da humanidade? Ele esteve presente no massacre que os Europeus praticaram contra os habitantes do continente americano. Esteve presente na crueldade da escravidão negra. No absurdo do holocausto. Onde o ser humano por se achar superior ao outro, por considerar que o outro não cabe nas suas medidas resolve subjugar-lo, enquadrá-lo, civilizá-lo... Em toda a história da humanidade o homem intolerante tentou enquadrar em seus padrões de comportamento todos os considerados diferentes. Não poucas vezes ele usou a figura e o nome de Deus para fazer o "enquadramento". Foi assim na inquisição e na caça às bruxas. E tem sido assim nos dias atuais, infelizmente.

A deusa Atena, incomodada pelo clamor das vítimas de Procusto, vai procurar o malfeitor e tenta convencê-lo a mudar de atitude, mas fica estarecida quando ele argumenta que estava fazendo o correto, pois sua cama estava apenas fazendo justiça acabando com as diferenças entre os homens. Mas, não é a diversidade uma característica de homens e mulheres? Então, por que insistir em obrigar homens e mulheres a viverem segundo os mesmos padrões e ideais, forçando-os a ajustar suas vidas aos conceitos pré-estabelecidos?

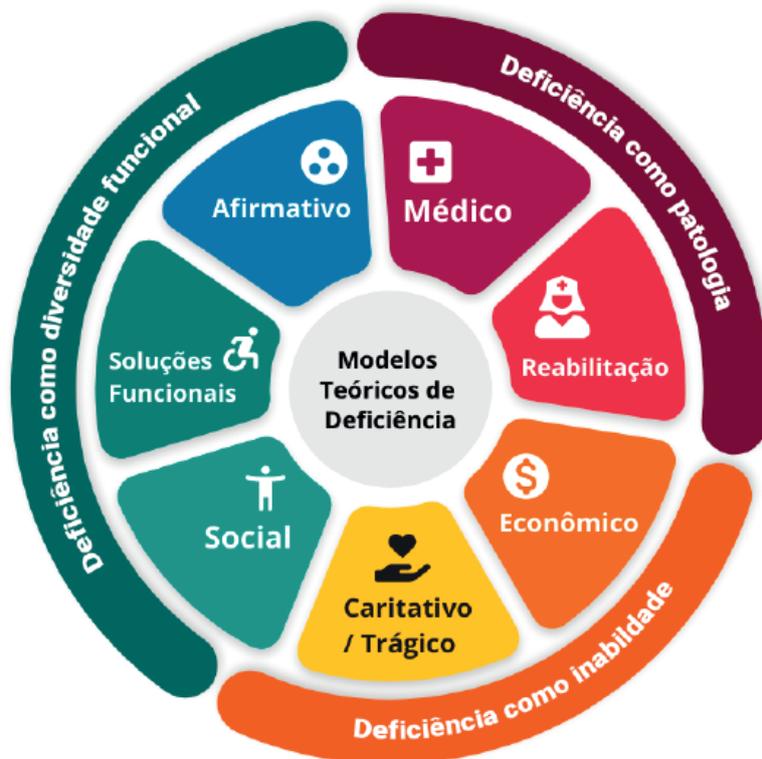
Fazendo isso em nome de Deus. E, em nome de fazê-los felizes. O gigante bandido e intolerante da mitologia grega está sempre à solta em nosso mundo. Seu espírito aparece sempre que o homem mutila o outro, senão fisicamente, psicologicamente, quando este não se enquadra em seus padrões estabelecidos.

Infelizmente, não poucas vezes, a escola também tem sua cama de Procusto. E nela alunos, “diferentes”, têm sido mutilados em suas características em nome do padrão social. Para caberem na cama escolar são podados em suas almas. Não deveria a escola procurar uma forma de conviver com os diferentes tipos de pessoas que formam o mosaico escolar? Mesmo que, para tanto, se precise quebrar paradigmas educacionais. E termos um novo olhar, ou melhor, olhares, a pessoa do nosso(a) aluno(a).

Fonte: <http://www.profjuliososa.com.br/2013/04/mitologia-grega-o-mi-to-de-procusto-e.html>

ANEXO 2 | OFICINA 1

7 Modelos Teóricos de Deficiência



Modelo Social

Emergiu nos anos 1960 como reação ao modelo médico. Vê a deficiência não apenas como um atributo de um indivíduo, mas como uma coleção complexa de condições, muitas das quais são criadas pelo ambiente social que envolve barreiras sistêmicas, atitudes negativas e exclusão pela sociedade, seja de forma deliberada ou inadvertida. Demonstra que deficiências não são restritas exclusivamente ao corpo do indivíduo e que a vida de PCD pode ser melhorada ao mudar o ambiente para deixá-lo mais funcionais a todas as pessoas.

Modelo de Soluções Funcionais

Derivado do modelo social, este modelo foca mais pragmaticamente no ambiente, especialmente através de meios metodológicos e tecnológicos de remover ou reduzir os desafios funcionais para pessoas com deficiência.

Modelo Afirmativo (ou Modelo de Identidade Social)

Fornecer uma visão não trágica de deficiências, considerando-as como uma construção social. É baseada na noção de identidades sociais positivas que são melhoradas pelo pertencimento a algum grupo que compartilha um estilo de vida e experiência de vida similares por serem PCD.

Modelo Médico (ou Modelo Biomédico)

Vê a deficiência como um problema da pessoa que precisa ser tratado e curado. Considera que a pessoa precisa se ajustar ou se adaptar ao ambiente. Porém, permite investigar as causas de uma determinada deficiência.

Modelo de Reabilitação

Deriva do modelo médico e crê que, com esforço adequado por parte da pessoa, a deficiência pode ser superada. Não endereçam o espectro completo de questões relacionados a viver com uma deficiência de longo prazo.

Modelo Econômico

Define deficiência como a inabilidade de uma pessoa de participar do trabalho. Avalia até que ponto as deficiências afetam a produtividade e as consequências econômicas para a pessoa, empregador e o Estado.

Modelo Caritativo / Trágico

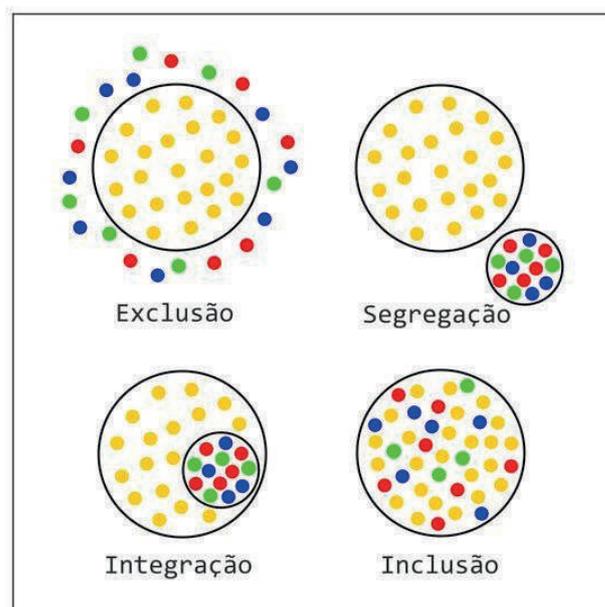
Vê as pessoas com deficiência como vítimas de circunstâncias que merecem pena e precisam de ajuda. Desconsidera a possibilidade de autonomia de PCD e as vê como exemplo de superação ao fazer atividades cotidianas.

Fonte: 7 Modelos Teóricos de Deficiência. Infográfico por Talita Pagani com base no artigo da Disabled World.

ANEXO 3 | OFICINA 1 LEITURA DE IMAGENS "INCLUSÃO EM FOCO"



Fonte: <http://www.making-prsp-inclusive.org/pt/pagina->



Fonte: obaricentrodamente.com



SEARA DA INCLUSÃO

DESENHO DE OFICINA FORMATIVA 2

Prospecto para orientação de formação continuada para professores da educação do campo, na perspectiva da educação especial e inclusiva: Contemplando a diversidade humana, pensando a diferença, conhecendo a história dos movimentos sociais em prol da inclusão das pessoas com deficiência.

Atividade 1
Mística de abertura organizada pelos cursistas com leitura dramatizada do texto "A primavera da lagarta" de Ruth Rocha.
Objetivo
Realizar mística de abertura alusiva a inclusão na escola do campo; Iniciar a reflexão a respeito do caráter educativo dos Movimentos Sociais de luta pela inclusão de pessoas com deficiência partindo da leitura do texto "Nada sobre nós sem nós".
Estratégia
Realização de mística de abertura pelos cursistas; Exposição oral sobre a mística; Leitura com grifo para socialização (o cursista deve apontar um aspecto que considerou de relevância na leitura do texto "Nada sobre nós sem nós").
Tempo
40 min
Recursos
Textos disponíveis no material de apoio pedagógico da oficina 2 - "Primavera da lagarta" de Ruth Rocha e "Nada sobre nós sem nós".

Atividade 2
Devolutiva do primeiro encontro com leitura dos relatos de experiência dos cursistas sorteados.
Objetivo
Refletir sobre o primeiro encontro formativo e destacar o significado da aprendizagem realizada na teoria para prática da inclusão em sala de aula.
Estratégia
Leitura dos relatos de experiência dos cursistas sorteados.
Tempo
30 min
Recursos
Relato de experiência dos cursistas. Premiação de mimos para os cursistas sorteados.

Atividade 3
Sessão comentada do documentário "História do movimento político das pessoas com deficiência no Brasil".
Objetivo
Conhecer a trajetória dos movimentos sociais em prol da inclusão compreendendo seus desdobramentos nas políticas educacionais na inclusão escolar da pessoa com deficiência.
Estratégia
Sessão comentada do documentário "História do movimento político das pessoas com deficiência no Brasil".
Tempo
70 min
Recursos
Computador, projetor e vídeo documentário "História do movimento político das pessoas com deficiência no Brasil".

Atividade 4
Roda de conversa sobre o documentário para destacar novos aprendizados sobre a luta da pessoa com deficiência por inclusão; Organização de material para escrita de novo relato de experiência formativa.
Objetivo
Destacar o caráter educativo dos movimentos sociais de luta da pessoa com deficiência por inclusão; Iniciar relatos e deixar organizado o grupo responsável pela próxima mística.
Estratégia
Orientação e escrita de relato de experiência formativa; organização de mística para o próximo encontro formativo.
Tempo
50 min
Recursos
Textos, documentário e formulário de escrita de relato de experiência formativa.

ANEXO 4 | OFICINA 2

TEXTO PARA LEITURA DRAMATIZADA

Imagem: Internet



A primavera da lagarta, de Ruth Rocha

Grande comício na floresta! Bem no meio da clareira, debaixo da bananeira.

Dona Formiga convocou a reunião:

- Isso não pode continuar!
- Não pode, não! – apoiava o Camaleão.
- É um desaforo! – a Formiga gritava.
- É mesmo! – o camaleão concordava.

A Joaninha, que vinha chegando naquele instante, perguntou:

- Qual é o desaforo, hein?
- É um desaforo, o que a Lagarta faz! – dizia a Formiga.
- Come tudo que é folha! – reclamava o Louva-a-Deus.
- Não há comida que chegue! – continuava a Formiga.

A Lagartixa não concordava:

- Por isso não, as senhoras formigas também comem...
- É isso mesmo! – apoiou o Camaleão, que vivia mudando de opinião.
- É muito diferente – disse a Formiga. — Depois, a Lagarta é uma preguiçosa.

Vive lagarteando por aí...

— Vai ver que a Lagartixa é parente da Lagarta – disse o Camaleão, que já tinha mudado de opinião. — Parente, não – falou a lagartixa. — É só uma coincidência de nome.

- Abaixo a Lagarta! – disse o Gafanhoto. – Vamos acabar com ela!
- Vamos, sim! – Gritou a Libélula. — Ela é muito feia!

O senhor Caracol ainda quis fazer um discurso:

— Minhas senhoras e meus senhores, como é para o bem geral e para a felicidade nacional, em meu nome e em nome de todo mundo interessado, como diria o conselheiro Furtado, quero deixar consignado que está tudo errado...

Mas como o Caracol era muito enrolado, ninguém prestava atenção no coitado.

Já estavam todos se preparando para caçar a Lagarta.

- Abaixo a feiura! – Gritava a Aranha – como se ela fosse muito bonita.
- Morra comilona! – exclamava o Louva-a-Deus – como se ele não fosse

comilão também.

— Vamos acabar com a preguiçosa! – berrava a cigarra – esquecendo sua fama de boa-vida.

E lá se foram eles cantando e marchando:

— Um, dois, feijão com arroz... três, quatro feijão no prato...

Mas a primavera havia chegado. Por toda parte havia flores na floresta, parecia festa.

Os passarinhos cantavam... E as borboletas, quantas borboletas! De todas as cores, de todos os tamanhos, borboleteavam pela mata.

os caçadores

— Um, dois, um dois, feijão com arroz... três, quatro feijão no prato...

E perguntavam as borboletas que passavam:

— Vocês viram a Lagarta que morava na amoreira? Aquela preguiçosa, comilona, horrorosa?

As borboletas riam, riam... iam passando e nem respondiam.

Até que veio chegando uma linda Borboleta:

— Estão procurando a Lagarta da amoreira?

— Estamos sim! Aquela horrorosa! Comilona!

E a Borboleta bateu as asas e falou:

— Pois sou eu...

— Não é possível! Não pode ser verdade! Você é linda!

E a Borboleta, sorrindo, explicou:

— Toda lagarta tem seu dia de borboleta. É só esperar pela primavera...

Dona Formiga ficou espantada:

— Não é possível! Só acredito vendo! E a borboleta falou:

— Venha ver. Isso acontece com todas as lagartas.

E outra lagarta foi se transformando... foi se transformando... Até que, de dentro do casulo, nasceu uma linda borboleta. Os inimigos da Lagarta ficaram admirados.

— É um milagre! – disse a Formiga, envergonhada. E a borboleta falou:

— É preciso ter paciência com as lagartas, se quisermos conhecer as borboletas.

Ouçã este livro narrado pela autora: <https://youtu.be/5FkKmSITmJs>

APÊNDICE 1 | OFICINA 2

Nada sobre nós sem nós: O papel dos movimentos sociais na construção de políticas públicas de inclusão das pessoas com deficiência na sociedade. História do movimento político das pessoas com deficiência no Brasil

A Declaração dos Direitos Humanos, proclamada pelas Nações Unidas em 1948, instituiu que a educação é um direito básico de todas as pessoas. No Brasil, da década de 1970 à década de 1980 inúmeras foram as lutas e conquistas das pessoas com deficiência pelas vias da mobilização social em prol de políticas públicas que atendessem suas demandas. Ações que somadas, significaram mudanças socioculturais e políticas de suma importância na luta pela inclusão em todas as áreas. Aqui ressaltaremos conquistas no âmbito educacional, já que de acordo com a Constituição Federal de 1988, em seu art. 3º, inciso IV, “a educação deve ocorrer sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade, e quaisquer outras formas de discriminação”.

Os artigos 205, 206, inciso I e 208, inciso V, declaram que deve haver a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola de acordo com a capacidade de cada um”. O artigo 208 também enfatiza que “as pessoas com deficiência, devem preferencialmente estudar na rede regular de ensino”. Um outro marco legal é o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei Federal nº 1089/90) que, em seu Art. 54, inciso II, declara que é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente o Atendimento Educacional Especializado às pessoas com deficiências, preferencialmente na rede regular de ensino. Documentos mais recentes, também merecem atenção especial: LDBEN, Lei nº 9394/96, Parecer CNE/CEB nº 13/2009; DECRETO No - 6.571, DE 17 DE SETEMBRO DE 2008 e Resolução CNE/CEB nº 4, de outubro de 2009. Todos tratam de questões pertinentes à inclusão escolar. Apesar do consenso de que a participação das pessoas com deficiência é um direito inquestionável, muitos professores e gestores escolares ainda resistem, declarando-se despreparados para concretizá-la. Até mesmo educadores que se dizem favoráveis à inclusão de pessoas com deficiência admitem exceções, alegando não terem o “preparo necessário”.

Já em 1994, a Declaração de Salamanca enfatizava de forma quase redundante que “educação para todos efetivamente significa para todos” (Brasil 2017, p.21). Requisitos, restrições e exceções são inerentes à lógica da integração. Na inclusão, todos têm direito à educação. E “todos” significa todos. Simples assim. E não se trata só de acesso. A Convenção da ONU sobre os direitos das pessoas com deficiência, ratificada no Brasil

com equivalência de emenda constitucional em 2008, garante participação efetiva, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades para o pleno desenvolvimento do potencial do educando.

Neste itinerário a alçada de ação da Educação do Campo é marcada pelas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, que disciplinam e dão legitimidade à escola do campo no marco institucional e reconhecem os sujeitos do campo na sua diversidade, pluralidade cultural e modos específicos de produção da vida material, a partir do trabalho com a terra, este documento referencia sua transversalidade com a Educação Especial e Inclusiva.

Essa interface e transversalidade é um diálogo presente em vários documentos dentre os quais estão as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Brasil, 2008), que constituem um conjunto de princípios e de procedimentos que visam a adequar o projeto institucional das escolas do campo às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, a Educação Especial, a Educação Indígena, a Educação Profissional de Nível Técnico e a Formação de Professores em Nível Médio na modalidade Normal.

A Resolução 2/2008 que estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo, também reafirma a interface da educação do Campo com a educação especial e inclusiva

§ 5º Os sistemas de ensino adotarão providências para que as crianças e os jovens portadores de necessidades especiais, objeto da modalidade de Educação Especial, residentes no campo, também tenham acesso à Educação Básica, preferentemente em escolas comuns da rede de ensino regular. (Brasil, 2008, p. 01).

Ainda pensando na interface Educação do Campo e Educação Especial e Inclusiva, recentemente a Conferência Nacional de Educação (CONAE, 2024) concluiu que o principal desafio nos próximos dez anos para o Plano Nacional de Educação (PNE) continua sendo assegurar o acesso das crianças, adolescentes e jovens que compõem o público-alvo da educação especial à escola.

O documento final que culmina no Plano Nacional de Educação (PNE/2024-2034), segue defendendo a necessidade de transformar os sistemas educacionais em sistemas educacionais inclusivos, a fim de garantir a “transversalidade da educação especial”, tanto no atendimento quanto na formação docente, contemplando a diversidade, a igualdade e a equidade à participação. Segundo o Ministério da Educação Para cada objetivo previsto no

plano, foram estabelecidas metas que permitem seu monitoramento ao longo do decênio. Para o decênio 2024/2034 são 58 metas, comparáveis com os 56 indicadores do PNE 2014-2024.

Para cada meta, há um conjunto de estratégias com as principais políticas, programas e ações envolvendo a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, para alcançar os objetivos propostos sendo que ações como garantir o acesso, a oferta e a aprendizagem dos alunos da educação especial e bilíngue de surdos estão entre os principais objetivos do Plano nacional de Educação.

Tudo alinha-se com o plano de fortalecimento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), com a meta de colocar dois milhões de crianças e adolescentes atendidos pela educação especial em escolas públicas.

Tudo vinculado a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) que afirma categoricamente, a interface da Educação Especial e Inclusiva na Educação Indígena, do Campo e Quilombola, citando que é necessário assegurar que os recursos, serviços e atendimento educacional especializado estejam presentes nos projetos pedagógicos construídos com base nas diferenças socioculturais desses grupos (Brasil, 2008, p.17).

Mas tal garantia não indica que a escola saberá, de antemão, como fazer isso. Até porque isso nem seria possível. Durante muito tempo, acreditava-se que era possível generalizar pessoas e, assim, padronizar estratégias terapêuticas e pedagógicas a partir de um mesmo quadro diagnóstico. Atualmente, já sabemos por experiência, que essa noção é no mínimo simplista.

Ainda que apresentem pareceres diagnósticos absolutamente iguais, duas pessoas podem reagir às mesmas intervenções de maneiras (bem) diferentes. Ou seja, a ideia do preparo prévio nada mais é que um mito. Há um consenso de que é preciso entender de que não há “receitas prontas” para incluir, o que é notório é a percepção de que para a inclusão da pessoa com deficiência seja vivenciada na escola, a comunidade escolar precisa estar aberta a prática pedagógica de acolhimento, do estudo e pesquisa sobre como e quais as melhores maneiras de promover a inclusão e de busca por condições de acesso e permanência.

Não podemos ficar esperando o trem da história passar, o educando precisa estar na escola sob a prerrogativa de que a escola é um lugar de todos. A presença do aluno é o chamado que precisa ser atendido. Incluir está para além de um diagnóstico, ou prognóstico médico, incluir perpassa a condição de pessoa humana ingressando num ambiente que precisa passar a pensar a dife-

rença, pois por milênios estes espaços vêm sendo pensado para os iguais. Mas como contemplar a diversidade humana sem pensar a diferença que nos constitui?

A escola não tem mesmo como saber, antecipadamente, como proceder com uma criança ou adolescente com base em seu diagnóstico. E isso não se aplica somente a pessoas com alguma deficiência, já que a diferença é própria da condição humana. O processo de aprendizagem de cada estudante é singular e precisa estar pautado na multiplicidade, pois o sujeito singular também é múltiplo e plural, é justamente este paradoxo que alimenta a diversidade humana a ser contemplada pela escola.

Para ontem, precisamos vencer o Mito de Procusto e partir para ação da acolhida e da busca por acessibilidade no ambiente escolar, pois quando a escola estiver aberta para pessoas com deficiência toda sociedade também estará. É do banco escolar que saem os cidadãos inclusivos e que sabem respeitar o outro. O engenheiro que projeta obras acessíveis, o professor que realiza práticas de inclusão na sala de aula, o enfermeiro que acolhe de forma inclusiva, enfim, é da escola que vai nascer a comunidade que sabe conviver com a diferença.

A Educação do Campo na perspectiva da Educação Especial e Inclusiva deve ser vista como ação processual contínua, dinâmica, que implica na humanização da práxis pedagógica onde a diferença é o elemento chave na caracterização do educando, onde é necessária a junção de todo o coletivo da escola: professores, alunos, portaria, cantina, coordenação e gestão escolar, todos os envolvidos, inclusive o próprio educando precisa pensar junto esse fazer pedagógico que exige quebra de paradigma. Se este envolvimento acontecer é mais fácil vencer os desafios e as barreiras que porventura vierem a acontecer. Por isso, é importante, antes de qualquer coisa, garantir sua presença na escola. Para que a equipe pedagógica possa conhecê-lo bem e assim buscar identificar meios de garantir sua inclusão efetiva (Mattos, 2021).



Imagem: Canva

ANEXO 5 | OFICINA 2 SUGESTÃO DE DELEITE - INTELECÇÃO COM VÍDEO DOCUMENTÁRIO

História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=uSZsJs3TN70>



SEARA DA INCLUSÃO

DESENHO DE OFICINA FORMATIVA 3

Prospecto para orientação de formação continuada para professores da Educação do Campo, na perspectiva da Educação Especial e Inclusiva: Por que a diversidade humana exige pensar a diferença, conhecendo os conceitos de acessibilidade e as diferentes barreiras enfrentadas pela pessoa com deficiência na escola e suas implicações nas políticas de inclusão.

Atividade 1
Mística da empatia - Calce meus sapatos. Intelecção com a música "De Toda Cor" de Renato Luciano.
Objetivo
Realizar mística sobre educação do Campo e inclusão; Sensibilizar o grupo para abordagem da temática da última oficina formativa; Apresentar os objetivos da oficina 3 e a metodologia a ser empregada.
Estratégia
Realizar mística de abertura e apresentar a dinâmica da oficina 3.
Tempo
10 min
Recursos
Material de apoio da oficina 3.

Atividade 2
Relato de experiência formativa; Trabalho com ficha de diagnóstico de acessibilidade e barreiras na escola.
Objetivo
Promover momento de socialização de relatos de escrita memorialística; Realizar diagnóstico da situação de acessibilidade e barreiras na escola.
Estratégia
Leitura de relato de experiência por cursista sorteado; Preenchimento de forma conjunta de diagnóstico de barreiras, sinalizando quais as barreiras sua comunidade escolar apresenta para as pessoas com deficiência, observando situação escolar e o que se pode mudar.
Tempo
50 min
Recursos
Material de apoio da oficina 3.

Atividade 3
Inclusão escolar e o projeto político pedagógico da escola.
Objetivo
Reconhecer na comunidade as principais barreiras que impedem o acesso e a permanência das pessoas com deficiência na escola.
Estratégia
Reconhecer na comunidade as principais barreiras que impedem o acesso e a permanência das pessoas com deficiência na escola tendo como parâmetro informações sobre rede física, projeto político-pedagógico e dinâmica funcional das escolas.
Tempo
60 min
Recursos
Material de apoio da oficina 3.

Atividade 4
Organização de material para mística para próximo encontro e escrita de relato de experiência formativa.
Objetivo
Organizar material de mística para último encontro formativo. Escrever relato de experiência formativa do oficina 3.
Estratégia
Os cursistas terão tempo para organização da mística do último encontro formativo e darão início a escrita do relato de experiência.
Tempo
60 min
Recursos
Material de apoio da oficina 3.

Dinâmica da empatia "Calce meus sapatos"

Fonte: O Mundo Jovem



Sapato apertado

Dinâmica para conversar sobre colocar-se no lugar do(a) outro(a) pessoa.

Objetivos:

- compreender as nossas diferenças;
- colocar-se no lugar do outro.
- Passo a passo:
 - formar um círculo, tirar os sapatos e trocar o sapato do pé direito com o colega do lado.
 - calçar os sapatos trocados, olhar para os pés calçados, andar pela sala, ocupar todos os espaços da sala andando no ritmo da música (mais lenta, mais rápida, correndo...).
 - retomar o lugar inicial, sentar e destrocar os sapatos.
 - fazer com o grupo a descrição da dinâmica passo a passo.
 - conversar com o grupo sobre os sentimentos provocados, relacionando-os com o passo a passo da dinâmica (ficar descalço, trocar os sapatos, calçar o sapato do outro, olhar para os pés, andar e correr com o sapato do outro)

Reflexões sugeridas:

- O que nos provocou estranhamento? Por quê?
- O que significou andar com o sapato do outro? Foi fácil/difícil?
- Como podemos relacionar isso com a nossa vida; com a dificuldade de colocar-se no lugar do outro; com nossas exigências e nossos preconceitos?
- Se todos somos diferentes, por que temos tanta dificuldade de conviver com diferenças?

ANEXO 7 | OFICINA 3

“De Toda Cor”

Dom, dom, dom, dom
Dom, dom, dom, dom
Irielaiera, irielaie
Dom, dom, dom, dom
Dom, dom, dom, dom
Irielaiera, irielaie

Passarinho de toda cor
Gente de toda cor
Amarelo, rosa e azul
Me aceita como eu sou

Passarinho de toda cor
Gente de toda cor
Amarelo, rosa e azul
Me aceita como eu sou

Eu sou amarelo claro
Sou meio errado
Pra lidar com amor
No mundo tem tantas cores
São tantos sabores
Me aceita como eu sou

Passarinho de toda cor
Gente de toda cor
Amarelo, rosa e azul
Me aceita como eu sou

Passarinho de toda cor
Gente de toda cor
Amarelo, rosa e azul
Me aceita como eu sou

Eu sou ciumento, quente, friorento
Mudo de opinião

Você é a rosa certa
Bonita esperta
Segura na minha mão

Passarinho de toda cor
Gente de toda cor
Amarelo, rosa e azul
Me aceita como eu sou

Que o mundo é sortido
Toda vida soube
Quantas vezes
Quantos versos de mim minh'alma
houve
Árvore, tronco, maré, tufão, capim,
madrugada, aurora, Sol a pino e
poente

Tudo carrega seus tons, seu
carmim
O vício, o hábito, o monge
O que dentro de nós se esconde
O amor, o amor, o amor
A gente é que é pequeno
E a estrelinha é que é grande
Só que ela tá bem longe
Sei quase nada meu senhor
Só que sou pétala, espinho, flor
Só que sou fogo, cheiro, tato,
platéia e ator
Água, terra, calma e fervor
Sou homem, mulher
Igual e diferente de fato
Sou mamífero, sortudo, sortido,
mutante, colorido, surpreendente,
medroso e estupefato
Sou ser humano, sou inexato

Passarinho de toda cor
Gente de toda cor
Amarelo, rosa e azul
Me aceita como eu sou

Eu sou amarelo claro
Sou meio errado pra lhe dar com amor
No mundo tem tantas cores
São tantos sabores
Me aceita como eu sou

Passarinho de toda cor
Gente de toda cor
Amarelo, rosa e azul
Me aceita como eu sou

Eu sou ciumento, quente, friorento,
mudo de opinião
Você é a rosa certa, bonita e esperta
Segura na minha mão

Passarinho de toda cor
Gente de toda cor
Amarelo, rosa e azul
Me aceita como eu sou

Passarinho de toda cor
Gente de toda cor
Amarelo, rosa e azul
Me aceita como eu sou

Dom, dom, dom, dom
Dom, dom, dom, dom
Irielaiera, me aceita como eu sou
Me aceita como eu sou
Me aceita como eu sou
Como eu sou



Fonte: Musixmatch | **Compositor:** Renato Luciano

APÊNDICE 2 | OFICINA 3

TRABALHANDO OS CONCEITOS DE ACESSIBILIDADE PARA COMPREENDER AS BARREIRAS QUE IMPEDEM UMA EFETIVA AÇÃO EDUCACIONAL PAUTADA NA INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA EM MINHA ESCOLA

Vamos trabalhar com os conceitos de acessibilidade produzidos pela Fundação Dorina Nowill para Cegos que trabalha há 74 anos pela inclusão de pessoas cegas e com baixa visão no Brasil, conquistando grandes avanços na luta pela autonomia das pessoas com esta deficiência. Entre eles, a ampliação do conceito de acessibilidade, algo que deve ser implementado em diferentes esferas, para garantir direitos iguais para todos os cidadãos. Confira:

Acessibilidade atitudinal

Diz respeito ao comportamento das pessoas sem preconceitos, estereótipos, estigmas e discriminações. Por exemplo: usar o termo “pessoa com deficiência”, e não “deficiente”; ao falar com uma pessoa com deficiência, dirigir-se diretamente a ela, e não ao seu acompanhante; não tratar a pessoa com deficiência como “coitadinho”.

Acessibilidade arquitetônica

É promover a adequação de espaços e a extinção de barreiras físicas e ambientais dentro de residências, espaços públicos e privados, edificações e equipamentos urbanos. Exemplos: rampas, elevadores e banheiros adaptados, calçadas com piso tátil, etc.

Acessibilidade metodológica

É também conhecida como acessibilidade pedagógica e diz respeito à queda de barreiras nas metodologias de ensino. Exemplo: quando professores realizam trabalhos e atividades com o uso de recursos de acessibilidade para alunos com deficiência, como textos em braille ou textos ampliados. É também muito presente em ambientes corporativos, na análise dos postos de trabalho adequados aos profissionais com deficiência.

Acessibilidade instrumental

Visa superar barreiras em utensílios, instrumentos e ferramentas de estudo dentro das escolas e também em atividades profissionais, de recreação

e lazer. Por exemplo: quando uma pessoa cega tem acesso a um software de leitor de tela no computador.

Acessibilidade programática

Está relacionada às normas, leis e regimentos que respeitam e atendem as necessidades das pessoas com deficiência, e se necessário, utilizar adaptações razoáveis para incluir a todos. Um exemplo é a Lei nº 13.146/2015, conhecida como Lei Brasileira da Inclusão (LBI), ou a Convenção da ONU sobre Direitos da Pessoa com Deficiência.

Acessibilidade nas comunicações

Diz respeito ao acesso à comunicação interpessoal (como língua de sinais), comunicação escrita em livros, apostilas, jornais, revistas e comunicação virtual. Exemplo: a presença de intérpretes de Libras e a audiodescrição de imagens, sejam elas fotografias, filmes, peças de teatro ou eventos em geral.

Acessibilidade natural

Refere-se à extinção de barreiras da própria natureza. Um cadeirante, por exemplo, terá dificuldades em se locomover em uma vegetação irregular, ou uma calçada repleta de árvores. Outro bom exemplo de iniciativa nesse sentido são os projetos que oferecem cadeiras de rodas anfíbias para que as pessoas possam se locomover pela areia da praia e tomar um banho de mar.

Todos são iguais perante a lei. Contra essa afirmação não há questionamentos, porém, quando o Estado simplesmente não oferece condições de acessibilidade àqueles que precisam, instaura-se uma situação de vulnerabilidade. Neste sentido é de suma importância a disseminação de quais os processos de acessibilidade a pessoa com deficiência tem direito para que assim possamos reivindicá-los. Perceba que ao trabalhar com os diferentes tipos de acessibilidade podemos ir enumerando as diferentes barreiras que existem, causando o impedimento ou dificultando o acesso e a permanência da pessoa com deficiência em nossas escolas do e no campo.

Como é possível criar políticas públicas de acessibilidade para as pessoas com deficiência nas escolas do campo?

O Programa Escola Acessível, se trata de recursos financeiros que são repassados por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE e devem ser destinados às ações de adequação arquitetônica ou estrutural do espaço

físico reservado à instalação e funcionamento das salas de recursos multifuncionais; adequação de sanitários, alargamento de portas e vias de acesso, construção de rampas, instalação de corrimão e colocação de sinalização tátil e visual e aquisição de mobiliário acessível, cadeira de rodas, material desportivo acessível e outros recursos de tecnologia assistiva.

O Programa é direcionado às escolas públicas municipais, estaduais e do Distrito Federal, por meio dos diretores das escolas indicadas pelas secretarias de educação municipais, estaduais ou do Distrito Federal. A adesão das secretarias municipais, estaduais e distrital de educação (Entidades Executoras - EEx) ao Programa Escola Acessível é feita por meio do módulo Plano de Ações Articuladas do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle - PAR/SIMEC, com a indicação das escolas que estarão habilitadas a aderir ao Programa. O processo de adesão deverá ser realizado via Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle (Simec) e o Plano, a partir do Sistema do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE Interativo).

As políticas públicas são necessárias para garantir a efetivação de direitos, que só são possíveis se iniciadas por pesquisas referentes às situações enfrentadas pelo grupo a quem se destina a política. Em suma, é direito da pessoa com deficiência viver em um ambiente em que possa desenvolver suas habilidades sem depender de terceiros, desenvolvendo sua autonomia e independência. E cabe ao Estado garantir esse bem-estar, principalmente por meio da formulação e implantação de políticas públicas, formuladas não só pelo poder público, como também pela sociedade civil e por aqueles que enfrentam as adversidades de viver em uma comunidade sem infraestrutura. Apenas assim, por meio do diálogo contínuo com esses indivíduos, que o nosso país será, de fato, inclusivo.

Link de acesso ao manual de ingresso de uma unidade de ensino ao escola acessível: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/-manual_programa_escola_acessivel.pdf

Fonte: Arquivo pessoal



APÊNDICE 3 | OFICINA 3

FICHA DE DIAGNÓSTICO DE ACESSIBILIDADE E BARREIRAS EM MINHA ESCOLA

COMO ESTÁ A ACESSIBILIDADE NA MINHA ESCOLA?

Quais são as barreiras arquitetônicas em nossa escola?
Como estão as barreiras atitudinais em nossa escola?
Como está a acessibilidade natural em nossa escola?
Quais são as barreiras metodológicas em nossa escola?
Quais são as barreiras comunicacionais em nossa escola?
Como está a acessibilidade instrumental em nossa escola?
Acessibilidade pragmática: como o nosso PPP trata a questão da inclusão de pessoas com deficiência em nossa escola?

O QUE PRECISAMOS TER DE ACESSIBILIDADE NA ESCOLA?

Como podemos melhorar a acessibilidade arquitetônica em nossa escola?

Como podemos acabar com as barreiras atitudinais em nossa escola?

O que podemos fazer para melhorar a acessibilidade natural em nossa escola?

Como podemos rever as questões metodológicas construindo práticas pedagógicas de inclusão em nossa escola?

O que podemos fazer para que o processo comunicacional em nossa escola seja inclusivo?

O que podemos fazer para melhorar a acessibilidade instrumental em nossa escola?

O que podemos fazer para melhorar o tratamento dado à temática da inclusão da pessoa com deficiência no PPP de nossa escola?



SEARA DA INCLUSÃO

DESENHO DE OFICINA FORMATIVA 4

Prospecto para orientação de formação continuada para professores da Educação do Campo, na perspectiva da Educação Especial e Inclusiva: porque a diversidade humana exige pensar a diferença, conhecendo os marcos teóricos e os aspectos legais da Educação Especial e Inclusiva.

Atividade 1

Mística organizada pelos cursistas com a música “Uma porta só” de Marisa Monte; Leitura de relato de experiência pelos cursistas sorteados; Apresentação dos objetivos da oficina.

Objetivo

Refletir sobre diversidade e a diferença no contexto das escolas do campo; Socializar a experiência formativa; Apresentar os objetivos da oficina e da metodologia a ser empregada.

Estratégia

Mística com a representação da diversidade que constitui os povos do campo; Socialização de relato de experiência; Exposição oral sobre o formato da oficina 4.

Tempo

40 min

Recursos

Material de apoio da oficina 4 + Música "Uma porta só" disponível em www.letras.mus.br/marisa-monte/portas

Atividade 2
Construção da linha do tempo dos marcos teóricos e legais da Educação Especial e Inclusiva de 1970 até a atualidade; Apresentação de linha do tempo pelos grupos.
Objetivo
Identificar e conceituar os diferentes marcos teóricos da Educação Especial e Inclusiva e políticas públicas que se aplicam aos direitos humanos e a cidadania que precisam ser incorporados às práticas pedagógicas da Escola cidadã.
Estratégia
Identificar e conceituar os diferentes marcos teóricos da Educação Especial e Inclusiva e políticas públicas que se aplicam aos direitos humanos e a cidadania que precisam ser incorporados às práticas pedagógicas da Escola cidadã.
Tempo
110 min
Recursos
Material de apoio da oficina 4. Papel madeira, piloto, régua.

Atividade 3
Escrita de relato da experiência por escola; Organização de material para o I Seminário de Educação do Campo na Perspectiva da Educação Especial e Inclusiva.
Objetivo
Escrever relato da experiência em grupo para apresentação no Seminário final com resultados de experiência formativa.
Estratégia
Apresentação do relato de experiência dos grupos. Neste momento os cursistas deverão relatar coletivamente as contribuições, contradições, avanços e possibilidades do trabalho com Educação Especial e Inclusiva nas escolas do Campo.
Tempo
60 min
Recursos
Material de apoio da oficina 4.

ANEXO 8 | OFICINA 4 TRAJETÓRIA LEGAL DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA NO BRASIL & REFERÊNCIAS INTERNACIONAIS

Esta linha do tempo tem início no ano de 1988, quando foi promulgada a Constituição Federal que está em vigor. Ela foi chamada “Constituição Cidadã”, porque garantiu direitos a grupos sociais até então marginalizados, como as pessoas com deficiência – que também participaram ativamente de sua elaboração. A seguir, apresentamos as principais leis e diretrizes e programas sobre a Educação Especial, de forma resumida e também referências internacionais.

1988 – A Constituição Federal visa “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º inciso IV). Artigo 205: Define a educação como um direito de todos, que garante o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a para o trabalho. Estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um princípio. É dever do Estado oferecer o atendimento educacional especializado (AEE), preferencialmente na rede regular de ensino.

1994 – Portaria MEC nº 1.793 – Recomenda a inclusão de conteúdos relativos aos aspectos – Ético – Políticos – Educacionais da Normalização e Integração da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais.

1996 – Lei nº 9.394 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) abordou a Educação Especial no capítulo 5: define educação especial; assegura o atendimento aos educandos com necessidades especiais e estabelece critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público, entre outros itens.

1999 – Decreto nº 3.298 – Dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. A Educação Especial é definida como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino.

1999 – Resolução CEB Nº 4 – Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Também aborda a organização de sistema nacional de certificação profissional baseado em competências (art. 16).

2001 – Resolução MEC CNE/CEB 2 – institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Art. 2º Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.

2001 – Parecer CNE/CP 9 – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. A educação básica deve ser inclusiva, para atender a uma política de integração dos alunos com necessidades educacionais especiais nas classes comuns dos sistemas de ensino. Isso exige que a formação dos professores das diferentes etapas da educação básica inclua conhecimentos relativos à educação desses alunos.

2001 – Parecer CNE/CEB 17 – Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Este Parecer destaca-se por sua abrangência – vai além da Educação Básica – e também por se basear em vários documentos sobre Educação Especial. Item 4 – A inclusão na rede regular de ensino “não consiste apenas na permanência física desses alunos junto aos demais educandos, mas representa a ousadia de rever concepções e paradigmas, bem como desenvolver o potencial dessas pessoas”.

2001 – Decreto legislativo 198 – Aprova o texto da Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência (Convenção da Guatemala).

2002 – Lei nº 10.436 – Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais – Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

2002 – Portaria MEC nº 2.678 – Aprova o projeto da grafia braille para a língua portuguesa, recomenda seu uso em todo o território nacional e estabelece diretrizes e normas para o uso, o ensino, a produção e a difusão do Sistema Braille em todas as modalidades de ensino.

2003 – Portaria 3.284 – Dispõe sobre os requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições.

2004 – Programa Universidade para Todos (PROUNI) – É o programa do Ministério da Educação que concede bolsas de estudo integrais e parciais de 50% em instituições privadas de educação superior, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes brasileiros sem diploma de nível superior. Pessoas com deficiência podem concorrer às bolsas integrais.

2005 – O Programa de Acessibilidade no Ensino Superior (Programa Incluir) propõe ações que garantem o acesso pleno de pessoas com deficiência às instituições federais de ensino superior (Ifes). O Incluir tem como principal objetivo fomentar a criação e a consolidação de Núcleos de Acessibilidade nas Ifes, os quais respondem pela organização de ações institucionais que garantam a integração de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras comportamentais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicação.

2005 – Decreto 5.626 – Regulamenta a Lei No 436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. O Decreto dispõe sobre a inclusão de Libras como disciplina curricular, a formação e a certificação de professor, instrutor e tradutor/intérprete de Libras, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para alunos surdos e a organização da educação bilíngue no ensino regular.

2006 – Realização da Convenção da ONU em Nova York. Nesta Convenção foi apresentado o texto que abordava os Direitos das pessoas com deficiência, fundamentados nos direitos humanos e na cidadania, visando a inclusão social. A Convenção assegura que pessoas com deficiência desfrutem os mesmos direitos humanos de qualquer outra pessoa: elas são capazes de viver suas vidas como cidadãos plenos, que podem dar contribuições valiosas à sociedade, se tiverem as mesmas oportunidades que os outros têm. O artigo 24, que aborda a Educação, é claro: “Para efetivar esse direito sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, os Estados Partes assegurarão sistema educacional inclusivo em todos os níveis, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida”.

2007 – Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE recomenda: A acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares; A implantação de salas de recursos multifuncionais; A formação docente para o atendimento educacional especializado.

2007 – Decreto 6.094 – Implementação do Plano de Metas “Compromisso

Todos pela Educação”, destacando a garantia do acesso e permanência no ensino regular e o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, para fortalecer a inclusão educacional nas escolas públicas.

2008 – Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Este é um documento de grande importância, que fundamenta a política nacional educacional e enfatiza o caráter de “processo”, desde o título: “na perspectiva da” – ou seja, ele indica o ponto de partida (Educação Especial) e assinala o ponto de chegada (Educação Inclusiva).

2008 – Decreto legislativo 186 – Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. O artigo 24 da Convenção aborda a Educação Inclusiva.

2009 – Decreto Executivo 6.949 – Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.

2009 – Resolução MEC CNE/CEB 4 – Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. O AEE deve ser oferecido no turno inverso da escolarização, prioritariamente nas salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular.

2010 – Conferência Nacional de Educação, CONAE, precedida por reuniões municipais e estaduais: quase 4000 representantes foram credenciados, inclusive pessoas com deficiência e seus representantes, algo inédito na história das políticas públicas do setor educacional no Brasil: Da CONAE saiu uma versão atualizada do Plano Nacional de Educação (PNE).

2011 – Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite. O art. 3º estabelece a garantia de um sistema educacional inclusivo como uma das diretrizes. Ele está baseado na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que recomenda a equiparação de oportunidades. O Plano Viver sem Limite tem 4 eixos: Educação, Inclusão Social, Acessibilidade e Atenção à Saúde.

O eixo da Educação prevê as seguintes ações: Implantação das Salas de Recursos Multifuncionais – espaços nos quais é realizado o Atendimento

Educacional Especializado; Programa Escola Acessível – recursos financeiros para promover a acessibilidade arquitetônica nos prédios escolares e compra de materiais e equipamentos de tecnologia assistiva; Programa Caminho da Escola – Transporte escolar acessível; Pronatec – O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) tem como objetivo principal expandir e democratizar a educação profissional e tecnológica no país. Oferece Bolsa-Formação para estudantes e para trabalhadores; Acessibilidade na Educação Superior, Educação Bilíngue, Formação de professores e tradutores/intérpretes em Língua Brasileira de Sinais (Libras); BPC na Escola.

2011 – Decreto 7.611 – Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. O art. 1º declara que é dever do Estado garantir sistema educacional inclusivo em todos os níveis e em igualdade de oportunidades para alunos com deficiência; aprendizado ao longo da vida; oferta de apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação, entre outras diretrizes.

2011 – Nota Técnica 06/2011 – MEC/SEESP/GAB – Avaliação de estudante com deficiência intelectual. Cabe ao professor do Atendimento Educacional Especializado a identificação das especificidades educacionais de cada estudante de forma articulada com a sala de aula comum. Por meio de avaliação pedagógica processual esse profissional deverá definir, avaliar e organizar as estratégias pedagógicas que contribuam com o desenvolvimento educacional do estudante, que se dará junto com os demais na sala de aula. É, portanto, importantíssima a interlocução entre os professores: do AEE e da sala de aula comum.

2012 – Decreto Nº 7.750 – Regulamenta o Programa Um Computador por Aluno – PROUCA e o Regime Especial de Incentivo a Computadores para Uso Educacional – REIC O parágrafo 1º do Art. 1º estabelece que o objetivo é promover a inclusão digital nas escolas das redes públicas de ensino federal, estadual, distrital, municipal e nas escolas sem fins lucrativos de atendimento a pessoas com deficiência, mediante a aquisição e a utilização de soluções de informática, constituídas de equipamentos de informática, de programas de computador software neles instalados e de suporte e assistência técnica necessários ao seu funcionamento.

2013 – Parecer CNE/CEB nº 2/2013 Este Parecer responde à consulta sobre a possibilidade de aplicação de “terminalidade específica” nos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio: O IFES entende que a “terminalidade específica”,

além de se constituir como um importante recurso de flexibilização curricular, possibilita à escola o registro e o reconhecimento de trajetórias escolares que ocorrem de forma específica e diferenciada.

2013 – Relatório UNICEF – “Situação Mundial da Infância” (2013). Esse Relatório traz informações qualitativas e quantitativas sobre a inclusão de crianças e adolescentes na educação, inclusive no Brasil.

2014 – Plano Nacional de Educação foi sancionado em 2014 e define as bases da política educacional brasileira para os próximos 10 anos. A Meta 4, sobre Educação Especial, causou polêmica: a redação final aprovada estabelece que a educação para os alunos com deficiência deve ser oferecida “preferencialmente” no sistema público de ensino. Isso contraria a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, a Constituição Federal e o texto votado nas preparatórias, que estabelecem a universalização da educação básica para todas as pessoas entre 4 e 17 anos em escolas comuns – sem a atenuante do termo “preferencialmente”.

2014 – Portaria Interministerial 05 – Reorganização da Rede Nacional de Certificação Profissional (Rede Certific). A Portaria trata da certificação, que é a etapa final do Ensino Profissional e recomenda, entre outros itens, respeito às especificidades dos trabalhadores e das ocupações laborais no processo de concepção e de desenvolvimento da certificação profissional.

2015 – Lei n.º146 – Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI). A LBI está em vigor desde janeiro de 2016. O capítulo IV aborda o direito à Educação, com base na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que deve ser inclusiva e de qualidade em todos os níveis de ensino; garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras. O AEE também está contemplado, entre outras medidas.

2015 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS. Em 2015 foram apresentados os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), por ocasião da Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável. Eles dão continuidade aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e valem de 2015 até 2030. Os ODS têm 17 Objetivos e 169 metas, sobre erradicação da pobreza, segurança alimentar e agricultura, saúde, educação, igualdade de gênero, redução das desigualdades, energia, água e saneamento, padrões sustentáveis de produção e de consumo, mudança do clima, cidades sustentáveis, proteção

e uso sustentável dos oceanos e dos ecossistemas terrestres, crescimento econômico inclusivo, infraestrutura e industrialização, governança, e meios de implementação. Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;

Metas

4.1 Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes;

4.5 Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade;

4.7 Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros, não violentos, inclusivos e eficazes para todos.

2016 – Lei No 409 – Dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. As pessoas com deficiência serão incluídas no programa de cotas de instituições federais de educação superior, que já contempla estudantes vindos de escolas públicas, de baixa renda, negros, pardos e indígenas. O cálculo da cota será baseado na proporcionalidade em relação à população, segundo o censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Referências internacionais - Declarações e Relatórios de agências de cooperação internacional são importantes para fortalecer a Educação Inclusiva, pois propõem valores e diretrizes que fundamentam a elaboração de leis e decretos.

1990 – Declaração de Jomtien (Tailândia): Educação para Todos. Esta Declaração, da qual o Brasil é signatário, destacou os altos índices de crianças e jovens sem escolarização e propôs transformações nos sistemas de ensino, visando assegurar a inclusão e a permanência de todos na escola.

1994 – Declaração de Salamanca (Espanha). Esta Declaração reafirmou "(...) o nosso compromisso para com a Educação para Todos, reconhecendo a necessidade e urgência do providenciamento de educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino".

1999 – Convenção da Guatemala. Essa Convenção trouxe o princípio da não discriminação, que recomenda “tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais”, ou seja, é preciso garantir direitos iguais de participação, de aprendizagem, de trabalho, entre outros. Neste sentido, se for necessário oferecer recursos, metodologias ou tratamento diferenciado visando proporcionar condições adequadas, a indicação é que sejam mobilizados todos os investimentos que assegurem a equiparação de oportunidades. Esta não é uma ação discriminatória; ao contrário, ela visa promover o acesso, fazendo um movimento de inclusão fundamentado no princípio da diversidade, para o qual a diferença é uma realidade e não um problema. A Convenção vigora no Brasil desde setembro de 2001, quando foi aprovada pelo Senado como Decreto Legislativo n. 198/2001.

Fonte: <https://diariopcd.com.br>

ANEXO 9 | OFICINA 4

RECORTE HISTÓRICO ACERCA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS EM PROL DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

RECORTE HISTÓRICO ACERCA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS EM PROL DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Mirelly Karlla da Silva¹
Luis Carlos Soares da Silva²
Jaqueline da Cruz Zacarias³

GT9 – Políticas Públicas e Gestão Socioeducacional.

Resumo

As pessoas com deficiência sofreram por muitos anos o desprezo e preconceito social, estas eram tratadas como “incapazes”. Assim, frente a este cenário de desrespeito foram surgindo inquietações que se intensificaram através de movimentos constituídos pelas próprias pessoas com deficiência como também pela sociedade civil organizada que exigiam a implementação de políticas públicas que garantissem os direitos inclusivos das pessoas com deficiência. Esta pesquisa tem como objetivos analisar o contexto histórico acerca dos movimentos sociais em prol dos direitos das pessoas com deficiência. A metodologia escolhida é a bibliográfica, e para a coleta de dados optamos por estudar as publicações referentes à temática. A conclusão indica que, os movimentos sociais realizados em prol dos direitos igualitários das pessoas com deficiência foram essenciais para que estas conseguissem visibilidade na sociedade assim como amparo em leis que garantem igualdade de direitos.

Palavras-chave: Movimentos sociais. Pessoas com deficiência. Políticas Públicas.

Disponível em: <https://eventos.set.edu.br/enfope/article/viewFile/2414/>

Letra da música "Uma porta só" disponível em <https://www.letras.mus.br/marisa-monte/portas>

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**, São Paulo: Editora Saraiva 1988.

BRASIL. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem, 1990.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. ECA. **Lei nº 8069/90**, 1990.

BRASIL. **Declaração de Salamanca**. Brasília: CORDE, 1994.

BRASIL, **Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Inclusão: **revista da educação especial**, v. 4, n 1, janeiro/junho de 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2009.

CHIZZOTTI, A. **Projeto de Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1995. FERREIRA, M. E. C.; GUIMARÃES, M. Educação inclusiva. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.

MANTOAN, M. T. É. **Inclusão Escolar**: O que é, Por que é? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003 (Coleção: Cotidiano Escolar).

MATTOS, J. C.D. **Produções científicas sobre a formação de professores da Educação do campo na perspectiva da educação especial e inclusiva**: um estado da arte para uma proposta formativa. UFRB. Amargosa, BA, 2022.

MEC/SEESP Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela **Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007**, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Decreto No 6.571, de 17 de setembro de 2008**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/De-creto/D6571.htm>. Acesso em: 13 de Outubro de 2011.

PIMENTA. S. G.; GHEDIN. E. (Org). **Professor Reflexivo no Brasil: Gênese e crítica de um conceito**. São Paulo: Cortez, 2002.

ROPOLI, Edilene Aparecida. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar** : a escola comum inclusiva /Edilene Aparecida Ropoli [et.al.]. - Brasília :Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial ; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010.v. 1. (Coleção A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar).

PARECER **CNE/CEB nº 13/2009**, homologado por Despacho do Senhor Ministro de Estado da Educação, publicado no DOU de 24 de setembro de 2009.

RESOLUÇÃO **SME nº. 85/2010**. Dispõe sobre a inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais e institui as diretrizes operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na educação básica da rede pública municipal de Andradina, na modalidade Educação Especial.

SOUZA, I.L.G. **A Formação do professor numa Perspectiva Lúdico-inclusiva: Uma Realidade Possível?** DISSERTAÇÃO (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de São Paulo- UNESP-Presidente Prudente-S.P --2007

ONU - Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948**. disponível em www.dhnet.org.br/direitos/deconu/textos/htm. Acesso em 14 Outubro de 2019.

ANEXO 10 | CALENDÁRIO INCLUSIVO

JANEIRO

04 – Dia Mundial do Braile.

FEVEREIRO

29 – Dia Mundial das Doenças Raras.

MARÇO

21 – Dia Internacional da Síndrome de Down.

ABRIL

02 – Dia Mundial da Conscientização sobre o Autismo.

23 – Dia Nacional da Educação do Surdo.

MAIO

18 – Dia Nacional da Luta Antimanicomial;

26 – Dia Nacional do Combate à Cegueira pelo Glaucoma.

JUNHO

18 – Dia do Orgulho Autista;

27 – Dia Internacional do Surdocego.

JULHO

10 – Dia da Saúde Ocular;

17 – Dia Internacional da Justiça.

AGOSTO

22 – Dia da Pessoa com Deficiência Intelectual;

21 a 28 – Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla;

30 – Dia Mundial da Conscientização da Esclerose Múltipla.

SETEMBRO

10 – Dia Universal da LIBRAS;

21 – Dia Nacional da Luta das Pessoas com Deficiência – PcD;

26 – Dia Nacional do Surdo.

OUTUBRO

10 – Dia Nacional e Mundial da Saúde Mental;

11 – Dia Nacional da Pessoa com Deficiência Física – PcDF.

NOVEMBRO

10 – Dia Nacional da Prevenção e Combate à Surdez;

20 – Dia Nacional da Conscientização Negra.

DEZEMBRO

03 – Dia Internacional da PcD e da PcDF;

05 – Dia Nacional da Acessibilidade;
10 – Dia da Declaração Universal dos Direitos Humanos

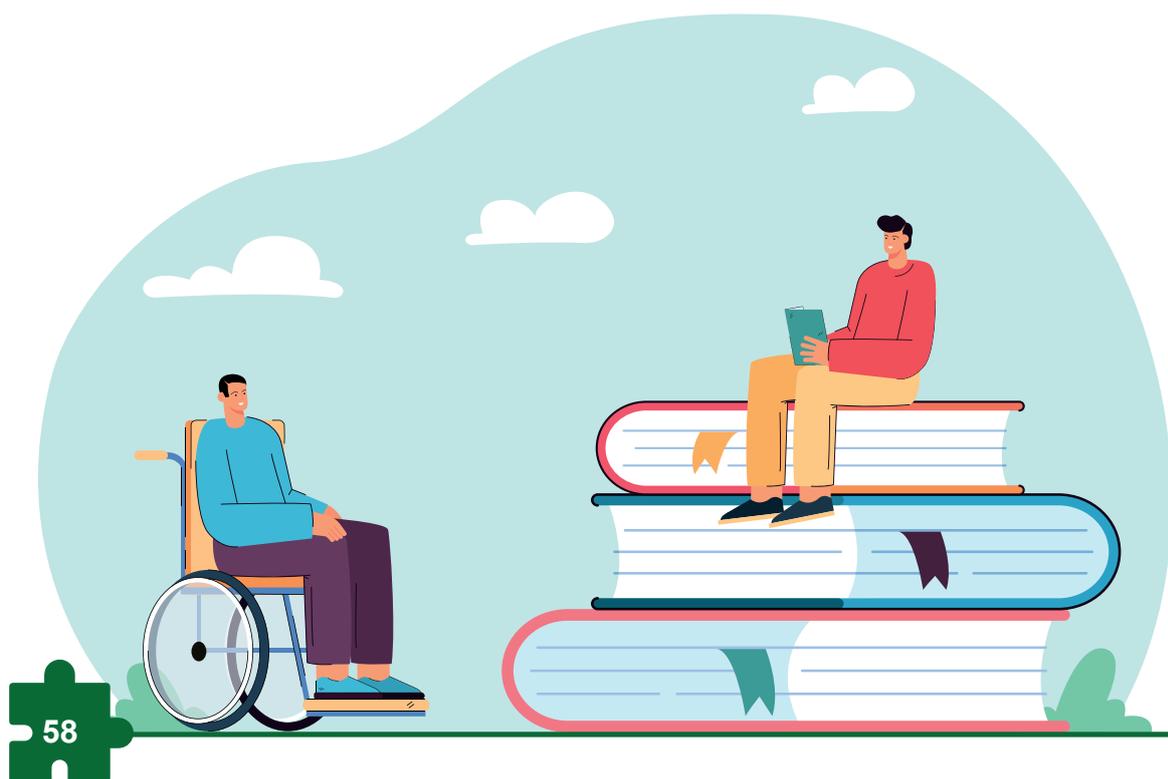
13 – Dia Nacional da Pessoa Cega.



Imagem: Canva

ANEXO 11 | ONDE ENCONTRAR LIVROS SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

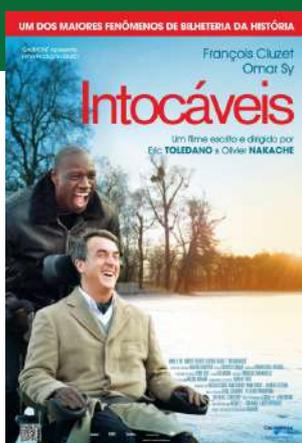
- <https://br.pinterest.com/profsuzana/livros-educacao%C3%A7%C3%A3o-especial-e-inclus%C3%A3o/>
- <https://ufrb.edu.br/bibliotecacetens/noticias/64-11-livros-gratuitos-sobre-educacao-inclusiva>
- <https://www.ufsm.br/orgaos-executivos/-caed/2016/10/25/11-livros-gratuitos-sobre-educacao-inclusiva/>



ANEXO 12 | FILMES SOBRE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Essa lista vem como uma forma de informar e conscientizar, combatendo o capacitismo, que é o preconceito relacionado às pessoas com deficiência, ampliando a percepção sobre as potencialidades das PcD(s) e motivando para a constante busca de informação e conhecimento.

Fonte: treediversidade.com.br/filmes-sobre-pessoas-com-deficiencia/



Intocáveis (2012)

Conta a história de um homem rico, tetraplégico e seu cuidador, um homem negro que nunca trabalhou como cuidador e nem conviveu com pessoas com deficiência. Esse cuidador foi escolhido pela pessoa com deficiência, que ao entrevistar vários candidatos o escolheu.

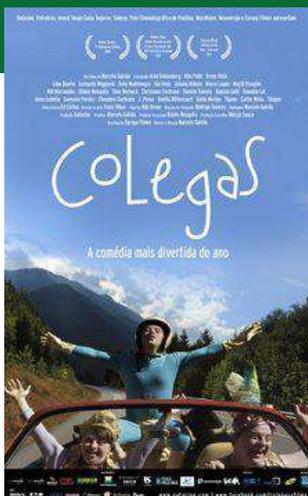
Conceitos-chave: Independência e autonomia, a importância da relação PcD e cuidador, desenvolvimento pessoal.



Meu nome é Rádio (2003)

Baseado na história real de James Robert Kennedy, um jovem com deficiência intelectual e um treinador de futebol americano, que tenta ajudar James, passando a protegê-lo e dando-lhe uma ocupação, depois que alguns jovens da equipe fazem uma “brincadeira” de péssimo gosto com ele. Como ele não falava e o treinador não sabia o nome dele, passou a chamá-lo de Rádio, por que ele gostava de rádios.

Conceitos-chave: Capacitismo, inclusão.



Colegas (2012)

Conta a história de três amigos com Síndrome de Down que fogem da instituição em que vivem para ir em busca de seus sonhos: ver o mar, voar e se casar.

Conceitos-chave: Diferença entre integração e inclusão, independência, realização pessoal.

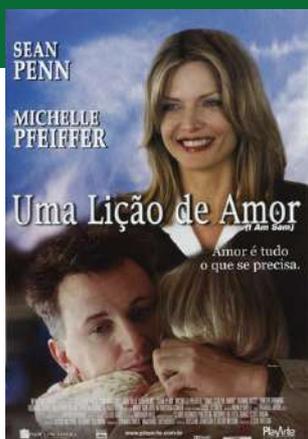
Essa é uma boa sugestão da lista de filmes sobre Pessoas com Deficiência para o dia 21 de Março, em que celebramos o Dia Internacional da Síndrome de Down.



Hoje eu quero voltar sozinho (2014)

Relata a história de Leonardo, adolescente cego em busca de sua independência. Com a chegada de um novo colega de classe, novos sentimentos começam a surgir, fazendo com que Leo descubra mais sobre sua sexualidade.

Conceitos-chave: Interseccionalidade, autonomia e independência, sexualidade da pessoa com deficiência.



Uma lição de amor (2001)

História de um homem com deficiência intelectual que contrata uma advogada para lutar na justiça pela guarda de sua filha de 7 anos.

Conceitos-chave: Inclusão, desenvolvimento pessoal, acessibilidade.



Como eu era antes de você (2016)

Conta a história de um jovem rico e bem sucedido, que após um acidente de moto, fica tetraplégico. Essa situação o deixa depressivo e extremamente arrogante. Para tentar ajudá-lo, os pais contratam uma cuidadora: uma jovem sem muitas perspectivas na vida, com dificuldades financeiras e que precisa trabalhar para ajudar os pais. Aos poucos, eles se envolvem.

Conceitos-chave: Ajudas técnicas, acessibilidade, desenvolvimento pessoal, autonomia.



Como estrelas na terra (2007)

História de uma criança com dislexia que não é compreendida pelos pais e professores. Os pais, na tentativa de ajudá-lo, resolvem colocá-lo num colégio interno e lá ele conhece um professor de artes, que também tem dislexia e ajuda o menino a entender sua condição e encontrar maneiras alternativas para seu processo de aprendizagem.

Conceitos-chave: As múltiplas maneiras de aprendizagem, inclusão escolar.



Milagre na Cella 7 (2019)

História de um pastor de ovelhas com deficiência intelectual, que vive com a filha e avó em uma vila. Sua rotina muda drasticamente quando ele é acusado de matar a filha de um comandante. Preso numa cela com outros prisioneiros, aos poucos ele vai mostrando a todos sua condição. Sua filha de 6 anos, também luta para tirar o pai da prisão.

Conceitos-chave: Vieses inconscientes, capacitismo.



Extraordinário (2017)

História de um menino com deformidade facial, que após passar anos tendo aulas em casa com a mãe, vai a 1º vez para a escola.

Conceitos-chave: Preconceito, diversidade e inclusão.



O farol das orcas (2016)

História de uma mãe que viaja com seu filho autista atrás de um biólogo que interagiu com orcas, para tentar ajudá-lo a desenvolver suas emoções e socialização.

Conceitos-chave: Autismo, acolhimento, empatia.



A Teoria de tudo (2014)

Baseado na história de Stephen Hawking, um cientista que fez importantes descobertas para o mundo da ciência. Aos 21 anos descobriu que sofria de ELA (Esclerose lateral amiotrófica).

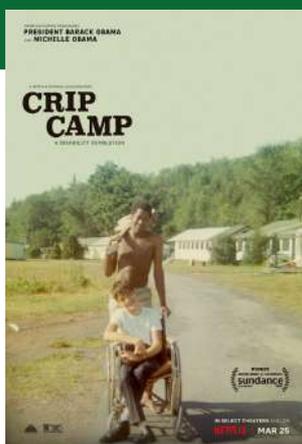
Conceitos-chave: Resiliência.



Perfume de Mulher (1992)

Conta a história de um ex-militar aposentado, cego e com grande dificuldade de relacionamento interpessoal. A sobrinha contrata um cuidador para ficar com ele no dia de Ação de Graças.

Conceitos-chave: Acessibilidade, ajudas técnicas, empatia, relacionamento interpessoal, desenvolvimento pessoal.



Crip Camp: Revolução pela Inclusão (2020)

Documentário que conta a história de um acampamento de verão com grupo de pessoas com deficiência.

Conceitos-chave: Luta pelos direitos das pessoas com deficiência.



Cuerdas (2013)

Curta metragem que conta a história de uma menina que se tornou amiga de um menino chamado Nicolas que tem paralisia cerebral.

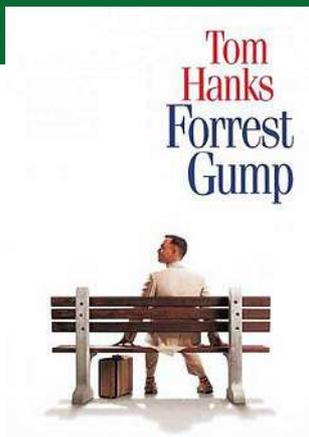
Conceitos-chave: Inclusão, acessibilidade.



Soul Surfer (2011)

Conta a história da adolescente Bethany Hamilton que tem um talento natural para o surf, mas sua vida é transformada após ser atacada por um tubarão, que arranca um de seus braços. Encorajada pelo amor de seus pais e se recusando a desistir, Bethany decide retornar ao mundo das competições depois de se recuperar do acidente, mas dúvidas sobre seu futuro a perturbam.

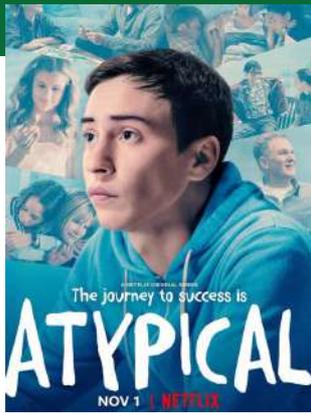
Conceitos-chave: Capacitismo, superação.



Forrest Gump (1994)

Conta a história de Forrest Gump, que tem deficiência múltipla (física e intelectual), torna-se astro do futebol americano, sargento e vai lutar no Vietnã.

Conceitos-chave: Relação familiar, independência, capacitismo e superação.



Atypical (série)

História de um adolescente com autismo em busca de uma namorada e entrando na faculdade (disponível no Netflix).



Special (série)

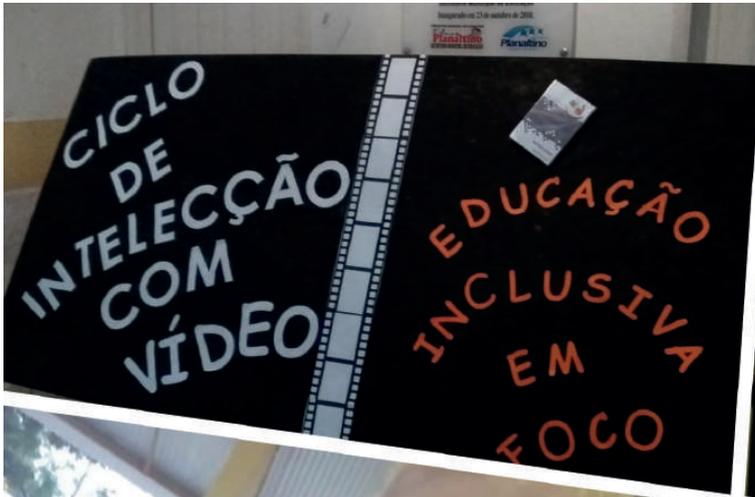
História de um jovem gay com paralisia cerebral em busca de sua identidade e desenvolvimento pessoal (disponível no Netflix).

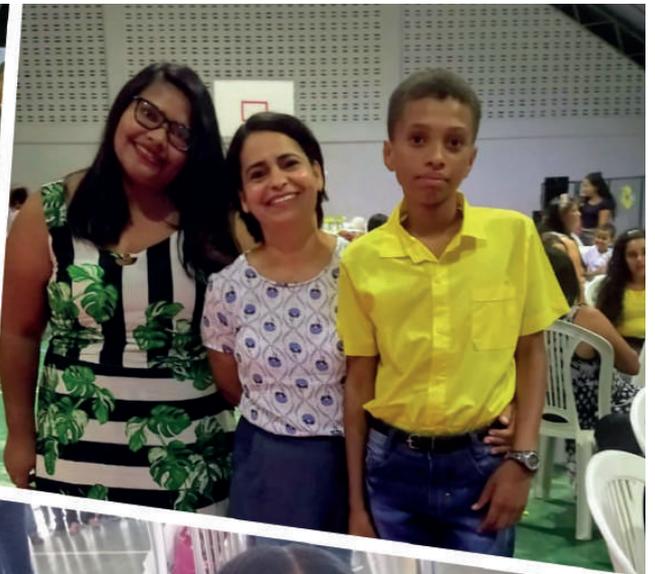
REGISTRO IMAGÉTICO DA TRAJETÓRIA DE PRODUÇÃO DO GUIA SEARA DA INCLUSÃO

Todo registro imagético aqui publicado foi constituído nas oficinas pedagógicas construídas no contexto de pesquisa, faz parte de acervo da pesquisadora e foi organizado segundo autorizações nos parâmetros legais da Lei 9.610/98 que regula o uso de imagem em trabalhos acadêmicos.







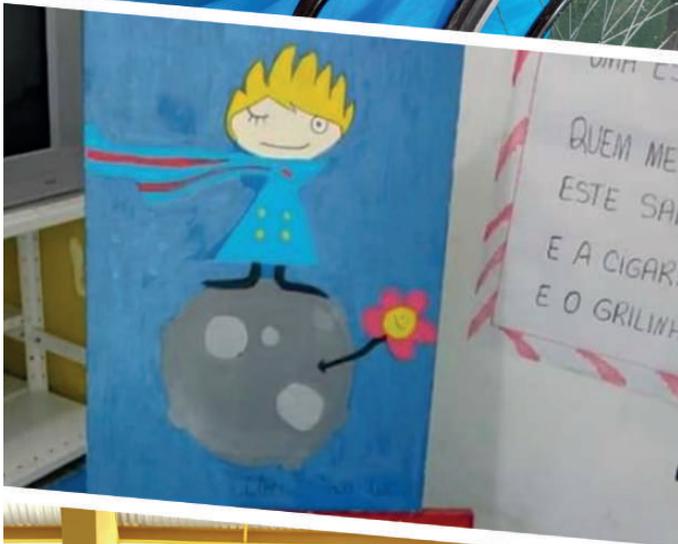




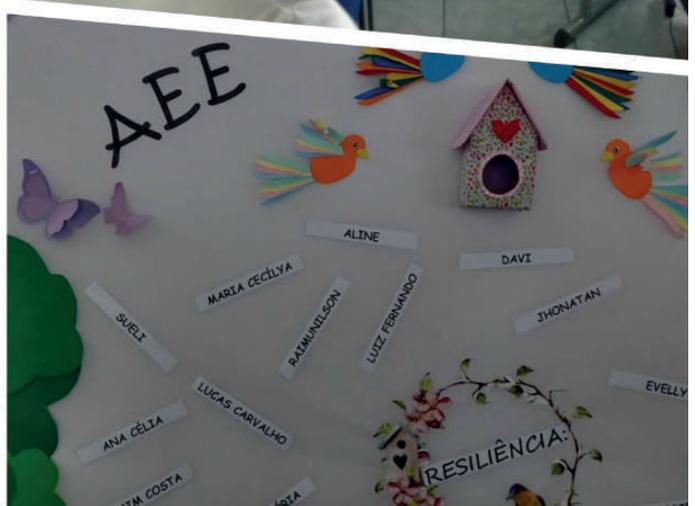
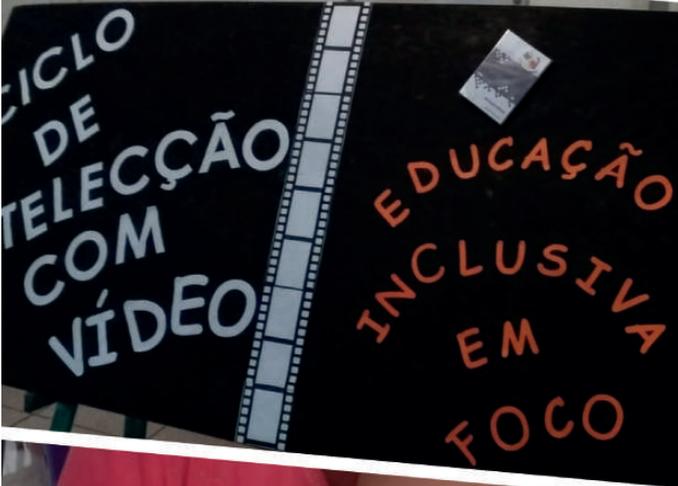














Sobre as autoras

Josleide Cristina D'Oliveira Mattos

Mestra em Educação do Campo pela- (UFRB) - tem especialização lato sensu em Políticas Públicas da Educação Básica - (FBB), Especialização em Ensino de História- (UCAM), Especialização em Gestão Escolar - (UFBA), Especialização em Ensino de Sociologia no Ensino Médio (UFBA), Especialização em Neuropsicopedagogia- (FAT) - Especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional- (FAT). Licenciada em História pela (UNIFTC) -atua como professora na rede estadual (CEMJA) e municipal (CMICS) em Planaltino/BA. Membro do grupo de pesquisa Observatório da Educação do Campo na região do VALE JIQUIRIÇA – OBSERVALE.

Débora Alves Feitosa

Graduada em Pedagogia(FEBA), Doutorado e Mestrado em Programa de Pós Graduação em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora Associada da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia(UFRB) no Centro de Formação de Professores (CFP). Professora permanente do Mestrado Profissional em Educação do Campo (PPGEDucampo). Vinculada ao Núcleo de estudos em políticas e gestão da educação e ao Grupo de Estudos em Educação e Transgressão - GEETRANS da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Márcia Cozzani

Professora Associada III da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) no Centro de Formação de Professores (CFP). Doutorado e Mestrado em Ciências da Motricidade Humana pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Graduação em Educação Física pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Coordena projetos de pesquisa e extensão na área de Desenvolvimento Motor na Educação Infantil e Educação Física e Inclusão escolar. É líder do Grupo de Pesquisa DAMA (Grupo de Pesquisa e Estudos em Desenvolvimento e Aprendizagem Motora) e membro do Grupo de Estudos em Educação e Transgressão - GEETRANS da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

O Produto Educacional, SEARA DA INCLUSÃO, é um Guia de orientação didática, que trata sobre a educação do e no Campo, na perspectiva da educação Especial e Inclusiva, e busca contemplar a diversidade humana e suas diferenças. Trata-se de uma proposta formativa que foi desenvolvida no município de Planaltino-BA, elaborada a partir da pesquisa exploratória sobre a intersecção entre a Educação Especial e Inclusiva com a Educação do Campo, na formação continuada de professores de escolas do/no campo. A referida pesquisa que gerou o guia Seara da Inclusão como Produto educacional, foi realizada no Programa de Pós-graduação- Mestrado Profissional em Educação do Campo, na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia- Centro de Formação de Professores-UFRB/CFP, vinculada à linha de Pesquisa Formação de Professores e organização do Trabalho Pedagógico nas Escolas do campo. O Guia, dirige-se as professoras e aos professores que atuam em escolas do/no campo, numa perspectiva da educação especial e inclusiva da diversidade e da diferença humana.

ISBN: 978-65-84508-93-4



